

PROGRAMA DO CONCURSO

(CONCURSO PÚBLICO)

PRC/2024/097/CL/CP

**Concurso público com publicidade internacional para a celebração de contrato de
Aluguer de Veículos Ligeiros Curta Duração**

Artigo 1.º

Objeto do concurso

1. O concurso tem por objeto a locação de veículos de curta duração do tipo ligeiro sem condutor com observância das especificações técnicas constantes do Caderno de Encargos.
2. O presente procedimento é constituído pelos seguintes lotes:
 - **Lote 1** – Veículos Ligeiro Passageiros e Mercadorias diversos
 - ✓ ligeiro de mercadorias – segmento derivado teto sobrelevado;
 - ✓ ligeiro de mercadorias - segmento furgão L1H1;
 - ✓ ligeiro de mercadorias - segmento furgão L2H3;
 - ✓ ligeiro de passageiros – segmento inferior/utilitário;
 - ✓ ligeiro de passageiros – segmento SUV compacto.
 - **Lote 2** – Veículos Ligeiro Mercadorias
 - ✓ Segmento Pick up c/ tração 4x4, cabine extra, caixa metálica;
 - ✓ Segmento Pick up c/ tração 4x4, cabine extra, caixa metálica c/ hardtop;
 - ✓ Segmento Pick up c/ tração 4x4, cabine dupla, caixa metálica.
 - **Lote 3** – Veículos Ligeiro Mercadorias
 - ✓ Segmento Pick up c/ tração 4x4, cabine extra, caixa de madeira;

✓ Segmento Pick up c/ tração 4x4, cabine dupla, caixa de madeira.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a AdCL – Águas do Centro Litoral, SA, NIPC 513 606 181, com sede na ETA da Boavista, Av. Dr. Luís Albuquerque, 3030-410 COIMBRA e com os seguintes contactos para efeito do presente procedimento.

Telef.: +351 239 980 900 | Fax: +351 239 980 949

Website oficial para todas as comunicações: <http://www.acingov.pt>

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho de Administração da AdCL, em reunião realizada no dia 29 de outubro de 2024, como consta da respetiva ata.

Artigo 4.º

Plataforma eletrónica

O presente concurso é tramitado na plataforma eletrónica <http://www.acingov.pt>.

Artigo 5.º

Esclarecimentos e erros e omissões sobre as peças do procedimento

I. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso e as listas com a identificação dos erros e omissões das mesmas peças devem ser apresentados pelos interessados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até às 18h00m00s do termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo júri, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23h59m00s do termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23h59m00s do termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 6.º

Documentos que constituem as propostas

- I. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, cujo formulário tipo foi aprovado pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, em conformidade com o previsto no **ANEXO I** à presente peça procedimental;
 - b) Proposta de preços unitários, **individualizada por lote**, elaborada em conformidade com o modelo do **ANEXO II** deste Programa de Concurso.
 - c) Os concorrentes poderão apresentar propostas para apenas 1 (um), para 2 (dois), ou para os 3 (três) lotes, no entanto, só poderá ser adjudicado um lote por concorrente. Para o efeito, se aplicável, deverão indicar a ordem preferencial para cada lote, em conformidade com o modelo do **Anexo III** deste programa de concurso.
 - d) Documento comprovativo dos poderes de assinatura e de vinculação do concorrente por parte de quem assina a proposta, designadamente certidão permanente do registo comercial, com todas as inscrições em vigor ou que seja facultado o código de acesso para consulta online;
 - e) Documentos que o concorrente apresente por considerá-los indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º I do artigo 57.º do CCP.
2. Caso o concorrente revista a forma de agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por declaração de promessa de, em caso de adjudicação, os membros do agrupamento se associarem na(s) modalidade jurídica de consórcio externo (conforme modelo apresentado no **ANEXO IV** deste Programa de Concurso (Acordo – Promessa de Constituição).

3. Caso o concorrente revista a forma de agrupamento e exista um representante comum do agrupamento, a proposta deve ser constituída por declaração contendo a designação do representante comum, bem como pelos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento,
4. Os documentos de proposta ou os que os concorrentes entendam apresentar ao abrigo do n.º 3 do artigo 57.º do CCP são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 7.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 8.º

Prazo para apresentação das propostas

As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até às 18h00m00s do dia **5 de dezembro de 2024**.

Artigo 9.º

Modo de apresentação das propostas

1. O presente procedimento compreende três lotes sendo admitidas propostas para apenas algum /uns lote/s ou para todos os lotes, **devendo ser submetidas separadamente por lote**
2. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, devendo ser assinados eletronicamente.
3. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
 - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
 - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.

4. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º de um documento que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.

5. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs 1 e 4 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 4 e 5 deste artigo, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento, ou, não existindo representante comum, deve a assinatura ser aposta por todos os membros do agrupamento ou pelos respetivos representantes.

Artigo 10.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

É de 90 (noventa) dias, o prazo da obrigação de manutenção das propostas.

Artigo 11.º

CrITÉrio de adjudicação e critÉrio de desempate

1. A adjudicação será feita por lote, segundo o critÉrio da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade *monofator* nos termos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, submetendo-se apenas à concorrência os preços base unitários do procedimento.

Para aferição da proposta economicamente mais vantajosa e atendendo ao ponto anterior a análise da mesma será feita pelo preço a pagar pela entidade adjudicante pela locação de todos os bens que constituem o objeto do contrato, o qual é aferido em função da seguinte fórmula para cada lote:

Lote I

Pontuação dos preços unitários PPU = 0,28 * (preço unitário do segmento derivado teto sobrelevado B) + 0,17 * (preço unitário do segmento furgão LIHI) + 0,06 * (preço unitário do segmento furgão L2H3) + 0,42 * (preço unitário do segmento inferior/utilitário) + 0,07* (preço unitário do segmento SUV compacto).

Lote 2

Pontuação dos preços unitários PPU = $0,35 * (\text{preço unitário do segmento Pick up com tração 4x4 cabine extra, cx. metálica}) + 0,31 * (\text{preço unitário do segmento Pick up com tração 4x4, cabine extra, cx. metálica c/ hardtop}) + 0,34 * (\text{preço unitário do segmento Pick up com tração 4x4, cabine dupla, cx. metálica})$.

Lote 3

Pontuação dos preços unitários PPU = $0,61 * (\text{preço unitário do segmento Pick up com tração 4x4 cabine extra, cx. madeira}) + 0,39 * (\text{preço unitário do segmento Pick up com tração 4x4, cabine dupla, cx. madeira})$.

Como critério de desempate, quanto ao Valor Total para efeitos de ordenação, a hierarquização das propostas, far-se-á, tomando por referência, de forma sucessiva, os preços unitários dos seguintes itens da proposta por lote:

Lote I

- a) Será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresente o Mais baixo preço para o Item nº 1.1 – Aluguer de veículo ligeiro mercadorias, segmento Deriv. Tecto Sobrelevado;
- b) Se da aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir, será realizado um sorteio entre as propostas relativamente às quais se verifica o empate, nos seguintes termos:
 - i. O júri notificará os concorrentes com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias, da data, da hora e do local da realização do sorteio;
 - ii. A cada concorrente será atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;
 - iii. Numa urna serão introduzidas as bolas com os números respetivos;
 - iv. Determinar-se-á a ordenação dos concorrentes para efeitos de retirar a bola pela maior pontuação obtida através de um lance de dados;

- v. Proceder-se-á à extração das bolas, sendo as propostas classificadas de acordo com a ordem resultante da extração, sendo classificado em primeiro lugar o concorrente com o número correspondente ao da bola retirada em primeiro lugar, e assim sucessivamente;
- vi. A não comparência de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização ou de adiamento do sorteio, nem de exclusão das respetivas propostas.

Lote 2

- a) Será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresente o Mais baixo preço para Item nº 2.1 – Aluguer de veículo ligeiro mercadorias, segmento pick up com tração 4x4, cabine extra, caixa metálica.
- b) Se, da aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir, será realizado um sorteio entre as propostas relativamente às quais se verifica o empate, nos mesmos moldes indicados para o desempate por sorteio previsto para o Lote 1.

Lote 3

- a) Será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresente o Mais baixo preço para Item nº 2.1 – Aluguer de veículo ligeiro mercadorias, segmento pick up com tração 4x4, cabine extra, caixa madeira.
- b) Se, da aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir, será realizado um sorteio entre as propostas relativamente às quais se verifica o empate, nos mesmos moldes indicados para o desempate por sorteio previsto para o Lote 1.

Artigo 12.º

Adjudicação por lotes

1. Será adjudicada uma proposta por cada um dos lotes, identificados no artigo 1.º do presente Programa de concurso e descritos no Caderno de encargos.
2. Só poderá ser adjudicado um lote por concorrente, pelo que cada concorrente deverá indicar a ordem preferencial para cada lote, em conformidade com o modelo do **Anexo III** deste programa de concurso.

3. Se o concorrente não apresentar o documento referido no número anterior, onde indique a ordem preferencial para cada lote, determina-se como critério objetivo de escolha que lhe seja atribuído o primeiro lote disponível por aplicação da ordem que conste da lista dos identificados no artigo 1.º do presente Programa de concurso.
4. No caso previsto no número anterior, os lotes remanescentes serão atribuídos aos concorrentes ordenados em posição subsequente na respetiva lista ordenada.
5. Se, por aplicação das regras previstas nos números anteriores, resultar, novamente, a atribuição de mais do que um lote a um mesmo concorrente aplicar-se-á, sucessivamente, a referida regra.

Artigo 13.º

Adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada a todos os concorrentes em simultâneo.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação o adjudicatário é notificado para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no Artigo 14.º do presente Programa de Concurso;
 - b) Prestar caução em conformidade com o disposto no n.º I do Artigo 15.º do Programa de Concurso;
 - c) Pronunciar-se sobre a minuta do contrato;
3. As notificações referidas nos números anteriores são acompanhadas do relatório final de avaliação das propostas.
4. A adjudicação ficará condicionada à obtenção das necessárias autorizações.

Artigo 14.º

Documentos de habilitação

1. No prazo de 6 (seis) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar na plataforma referida no artigo 4.º supra:
 - a) Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao Código dos Contratos Públicos, e conforme **ANEXO V** à presente peça procedimental;

- b) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.
- c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- d) Certificado do registo criminal do adjudicatário, bem como dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções;
- e) **Lote 1**

Atividade “rent a car”: Autorização, expressa ou tácita, para o exercício da atividade de rent-a-car em território nacional, em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 181/2012, de 6 de agosto, na sua redação atual;

Atividade “rent a cargo”: Autorização, expressa ou tácita, para o exercício da atividade de rent-a-cargo em território nacional, em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 92/2023, de 12 de Outubro.

Lote 2

Atividade “rent a cargo”: Autorização, expressa ou tácita, para o exercício da atividade de rent-a-cargo em território nacional, em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 92/2023, de 12 de Outubro.

Lote 3

Atividade “rent a cargo”: Autorização, expressa ou tácita, para o exercício da atividade de rent-a-cargo em território nacional, em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 92/2023, de 12 de Outubro.

No mesmo prazo e pela mesma forma referidos no número anterior, o adjudicatário deve ainda apresentar os seguintes documentos:

- f) Declaração de aceitação do Código de Conduta para Fornecedores, de acordo com a minuta disponível no link www.aguasdocentrolitoral.pt/regulamento-para-fornecedores. O Código de Conduta para Fornecedores está disponível no mesmo link.
- g) Declaração que identifique a pessoa ou pessoas indicadas para outorga do contrato, acompanhada de título legitimador, caso a mesma não resulte diretamente da certidão a que se reporta a alínea seguinte.

h) Identificação da pessoa, morada, número de fax e email para efeitos de comunicações escritas a realizar durante a fase de execução do contrato.

2. Caso o adjudicatário revista a forma de um agrupamento, os documentos de habilitação devem ser apresentados por todos os seus membros;

3. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada.

4. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nas alíneas b), c) e d) do n.º I ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas b) e h) do n.º I do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.

5. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

6. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período não superior a cinco dias, na sequência de solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar antes de expirado o prazo a prorrogar.

7. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:

a) No prazo fixado no n.º I, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;

b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;

c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.

8. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este poderá dispor de um prazo adicional para a supressão das irregularidades detetadas, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 (*cinco*) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 15.º

Caução

1. Para garantia da celebração do contrato e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, o adjudicatário deve prestar caução, por lote, correspondente a 5% do preço para cada período de vigência do contrato.

2. A caução deverá ser prestada atendendo ao período de vigência inicial do contrato (12 meses). Cada renovação do contrato fica condicionada à prestação de nova caução, na mesma percentagem, que terá por referência o preço estimado do respetivo período de vigência (3 meses), de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 89.º do CCP

3. A caução referida no número anterior deve ser prestada:

a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem de [*indicar entidade*], nos termos do modelo constante do anexo **VI** ao presente programa, que dele faz parte integrante;

b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos dos modelos constantes dos anexos **VI** ao presente programa

Artigo 16.º

Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário

1. Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por agrupamento concorrente, os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.
2. O agrupamento adjudicatário deve fazer prova da associação referida no número anterior antes da celebração do contrato, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 17.º

Celebração do contrato

1. O contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data de aposição da última assinatura.
2. O prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário ser-lhe-á comunicado com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.
3. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação.
4. Correm por conta do adjudicatário as despesas inerentes à celebração do contrato.

Artigo 18.º

Dados pessoais

1. Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela entidade adjudicante, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do Código dos Contratos Públicos (CCP), respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
2. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
3. A entidade adjudicante garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
4. A entidade adjudicante garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico dpo.adcl@adp.pt ou da morada ETA da Boavista, Av. Dr. Luís Albuquerque, 3030-410 Coimbra.

ANEXO I

DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DEUCP)

(cfr. Alínea a) do ponto I do artigo 6.º do Programa de Concurso)

- Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;
- O concorrente deverá completar o preenchimento do DEUCP pré-preenchido pela AdCL, com as informações que lhe digam respeito, na área específica do Portal da Comissão Europeia, em <http://www.base.gov.pt/deucp/welcome>, utilizando para o efeito o documento pré-preenchido disponibilizado junto às peças do presente procedimento;
- As **PARTES IV e V** do DEUCP não são aplicáveis ao presente procedimento.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA – LOTE I

(cfr. Alínea b) do ponto I do artigo 6.º do Programa de Concurso)

F _____ (denominação social e sede da empresa concorrente ou de cada uma das empresas do agrupamento concorrente), depois de ter(em) tomado conhecimento do objeto da **“Aluguer de curta duração de veículos ligeiros”**, a que se refere o anúncio datado de ____ de _____ de AAAA, obriga(m)-se a executar o contrato que constitui o **LOTE I**, em conformidade com o Caderno de Encargos, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, caso ocorram as renovações previstas, incluindo sábados, domingos e feriados ou até o preço máximo contratual do lote de 537.192,00€ (quinhentos e trinta e sete mil, cento e noventa e dois euros), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, conforme os seguintes preços unitários :

Lote	Item	Categoria	Segmento	unidade	Preço unitário [€]
I	I.1	Mercadoria	Deriv. Tecto Sobrelevado	mês	
	I.2	Mercadoria	Furgão L1H1	mês	
	I.3	Mercadoria	Furgão L2H3	mês	
	I.4	Passageiros	Inferior/utilitário	mês	
	I.5	Passageiros	SUV compacto	mês	

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara (m) que renuncia (m) a foro especial e se submete (m), em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data _____

Assinatura(s) _____

MODELO DE PROPOSTA – LOTE 2

(cfr. Alínea b) do ponto I do artigo 6.º do Programa de Concurso)

F _____ (denominação social e sede da empresa concorrente ou de cada uma das empresas do agrupamento concorrente), depois de ter(em) tomado conhecimento do objeto da **“Aluguer de curta duração de veículos ligeiros”**, a que se refere o anúncio datado de ____ de _____ de AAAA, obriga(m)-se a executar o contrato que constitui o **LOTE 2**, em conformidade com o Caderno de Encargos, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, caso ocorram as renovações previstas, incluindo sábados, domingos e feriados ou até o preço máximo contratual do lote 270.162,00€ (duzentos e setenta mil e cento e sessenta e dois euros), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, conforme os seguintes preços unitários:

Lote	Item	Categoria	Segmento	unidade	Preço unitário [€]
2	2.1	Mercadoria	Pick up c/ tração 4x4, cabine extra, cx. metálica	mês	
	2.2	Mercadoria	Pick up c/ tração 4x4, cabine extra, cx. metálica c/ hardtop	mês	
	2.3	Mercadoria	Pick up c/ tração 4x4, cabine dupla, cx. metálica	mês	

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara (m) que renuncia (m) a foro especial e se submete (m), em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data _____

Assinatura(s) _____

MODELO DE PROPOSTA – LOTE 3

(cfr. Alínea b) do ponto I do artigo 6.º do Programa de Concurso)

F _____ (denominação social e sede da empresa concorrente ou de cada uma das empresas do agrupamento concorrente), depois de ter(em) tomado conhecimento do objeto da **“Aluguer de curta duração de veículos ligeiros”**, a que se refere o anúncio datado de ____ de _____ de AAAA, obriga(m)-se a executar o contrato que constitui o **LOTE 3**, em conformidade com o Caderno de Encargos, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, caso ocorram as renovações previstas, incluindo sábados, domingos e feriados ou até o preço máximo contratual do lote 155.994,00€ (cento e cinquenta e cinco mil novecentos e noventa e quatro euros), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, conforme os seguintes preços unitários:

Lote	Item	Categoria	Segmento	unidade	Preço unitário [€]
3	3.1	Mercadoria	Pick up c/ tração 4x4, cabine extra, cx.madeira	mês	
	3.2	Mercadoria	Pick up c/ tração 4x4, cabine dupla, cx.madeira	mês	

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara (m) que renuncia (m) a foro especial e se submete (m), em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data _____

Assinatura(s) _____

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE PREFERÊNCIA

(cfr. alínea c) do ponto I do artigo 6.º do Programa de Concurso)

Ordem de preferência	Nº do Lote
1ª preferência	
2ª preferência	
3ª preferência	

ANEXO IV

MODELO DE ACORDO-PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO

(cfr. ponto 2 do artigo 6.º do Programa de Concurso)

F, _____ (indicação das empresas signatárias e sedes) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Programa do Procedimento para o concurso de “ALUGUER DE CURTA DURAÇÃO DE VEÍCULOS LIGEIRO”, e nos termos do ponto 2 do artigo 6.º do Programa do Concurso, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em _____ (indicar a figura jurídica adotada) ^(a)

A participação qualitativa de cada empresa é a que se discrimina:

- _____
- _____

Para efeitos meramente de comunicação no âmbito do presente procedimento, as empresas associadas declaram que a empresa _____ representará a associação perante a Águas do Centro Litoral, S.A. devendo toda a correspondência ser enviada para _____ (indicar endereço, telefone e fax).

As empresas associadas assumem perante a Entidade Adjudicante responsabilidade solidária passiva, desde já, quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.

(As empresas associadas responderão, ainda em responsabilidade solidária passiva, com o Agrupamento Complementar de Empresas, no cumprimento do contrato de empreitada caso seja este o Adjudicatário) ^(b)

As empresas associadas aceitam a exigência de autorização prévia dada pela _____ Águas do Centro Litoral, S.A. a qualquer alteração na composição da associação, sob pena de exclusão do Programa do Procedimento.

Data _____

Assinatura (c) _____

(a) - No caso de a associação adotar alguma designação especial, acrescentar: “adotando o agrupamento a seguinte designação especial: _____” (em maiúsculas).

(b) - Só no caso de a modalidade adotada ser a do ACE.

(c) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

(cfr. Alínea a) do ponto I do artigo 14.º do Programa de Concurso)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57

ANEXO VI

MODELO DE MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

(cfr. artigo 15.º do Programa de Concurso)

Euros:.....€

Vairesidente (ou com escritório) em ..., na ..., depositar na ... (sede, filial, agência ou delegação) da (instituição) a quantia de (por extenso em moeda corrente) (em dinheiro ou representada por), como caução exigida para a empreitada de....., para os efeitos do n.º I do artigo 88º do CCP. Este depósito fica à ordem de (entidade), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data

Assinaturas.....

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

(cfr. artigo 15.º do Programa de Concurso)

À ...

O [...] (*Banco*), com sede em [...] (*morada*), com o capital social de [...] (*capital social*), pessoa coletiva número [...] (*número de identificação de pessoa coletiva*), representado por [...] (*representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)*), vem prestar, por conta e a pedido de [...] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*), com sede em [...] (*morada*), como adjudicatário do Concurso Público "...", cuja entidade adjudicante é ..., S.A., garantia bancária autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação, a favor da ..., S.A., até ao valor de € [...] (*por extenso*) correspondente à caução prevista no Programa do Procedimento como garantia do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do Caderno de Encargos.

Consequentemente, este Banco constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, à ..., S.A., até àquele valor sem quaisquer reservas, e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito pelo Beneficiário, através de declaração assinada pelo legal representante da ..., S.A.. com a indicação dos fundamentos para a execução da presente garantia bancária, por uma ou mais vezes, à primeira solicitação e até um limite máximo de cinco dias úteis a contar da solicitação, sem questionar da sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo de concurso e documentos a ele anexos, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra o Beneficiário que eventualmente pudesse invocar contra o Ordenante, sem possibilidade de recorrer a qualquer benefício de prévia excussão dos bens do Ordenante e sem dependência de qualquer autorização ou concordância do Ordenante.

Quaisquer pagamentos a efetuar por este Banco nos termos da presente garantia bancária são processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário.

A presente garantia bancária é de € [...] (*por extenso*), e só será cancelada quando o Beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do caucionado, decorrentes do acima especificado.

Caso alguma das disposições da presente garantia bancária se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) reconhecidas na qualidade]

MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

(cfr. artigo 15.º do Programa de Concurso)

A [•] (*companhia de seguros*), com sede em [•] (*morada*) presta a favor da ... , S.A., e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com [•] (*tomador de seguro*), garantia à primeira solicitação no valor de € [•] (*por extenso euros*) correspondente à caução prevista no Programa do Procedimento destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*), com sede [•] (*morada*), assumirá no contrato que com ele a ... , S.A., vai celebrar e que tem por objeto "...", e é regulado nos termos da legislação portuguesa aplicável.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da ... , S.A., sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à ... , S.A., quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre este e o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos no contrato e na legislação aplicável.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) devidamente reconhecida na qualidade]